



**Ser criança em *Pais & Filhos e Crescer*: pistas para
um estudo sobre a compressão no
período da infância**

*Being a child in Pais & Filhos and Crescer: clues to a study on
compression in the period of childhood*

Renata Tomaz

Mestra, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro,
e-mail: renactomaz@gmail.com

Resumo

Após três séculos de alargamento, o período que compreende a infância dá sinais de um processo de compressão, tornando o que se entende por infância moderna uma experiência mais curta. Ao tomar essa percepção como ponto de partida, a pesquisa a que este artigo está vinculado investiga as condições de possibilidade para uma diminuição no percurso que leva as crianças até a fase adulta. A partir de um quadro teórico que privilegia o paradigma da competência infantil, o trabalho objetiva compreender como a infância, enquanto narrativa da experiência da criança, está sendo construída na contemporaneidade. Com o amparo da concepção foucaultiana de subjetividade, os discursos que constituem a chamada primeira infância são analisados nas revistas *Pais & Filhos e Crescer*, os quais são formados no âmbito de uma produção de saberes, dentro de um regime específico de verdade, articulado ao governo de uma população infantil. Tais discursos demonstram uma perspectiva desenvolvimentista da infância, ainda carente de uma percepção da criança como ator social.

Palavras-chave: Mídia. Primeira infância. *Pais & Filhos*. *Crescer*. Estudos da infância.

Abstract

*After three centuries of expansion, the period comprising childhood signs a compression process, making what is meant by modern childhood a shorter experience. Taking this insight as a starting point, the research that this article is linked to investigates the conditions of possibility for a decrease in the path that leads children to adulthood. From a theoretical framework that emphasizes the paradigm of children's competence, this paper aims to understand how the childhood, as a narrative of child's experience, is being built in contemporary. With the support of Foucault's conception of subjectivity, discourses that constitute the so-called early childhood are analyzed in brazilian magazines *Pais & Filhos (Parents & Children)* and *Crescer (Grow)*, which are formed in the context of knowledge production within a specific regime of truth, articulated the government of a child population. Such speeches demonstrate a developmental perspective of childhood, still lacking a perception of the child as a social actor.*

Keywords: Media. Early childhood. *Pais & Filhos*. *Crescer*. Childhood studies.

Introdução

O documento *La juventud del mundo 2000*, publicado, em 2001, pelo *Population Reference Bureau*, nos Estados Unidos, redefiniu a faixa etária da juventude

– determinada até então pela ONU nas idades entre 15 e 24 anos – para as idades de 10 a 24 anos. A alteração foi acompanhada pela própria ONU e pela Organização Mundial de Saúde, que passou a considerar a adolescência como uma fase dividida em pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos) (ABRAMOVAY, 2004). Dados da Organização Ibero-Americana de Juventude mostram que os países da região também revisaram suas definições de juventude, como é o caso de El Salvador (7 a 18 anos), Colômbia (12 a 26 anos), Costa Rica (12 a 35 anos), México (12 a 29 anos) e Argentina (14 a 30 anos). Este movimento descendente nas idades a partir das quais se considera adequada a experiência da juventude revela muito mais do que a transformação do dia para a noite de uma criança em jovem. Ele sinaliza alterações históricas e socioculturais operadas nas últimas décadas. Em outras palavras, a mudança cultural está se refletindo na definição da estrutura etária, o que tem repercussão direta no estabelecimento de papéis sociais da criança e do jovem na contemporaneidade. Nesse sentido, é possível perguntar que, se os indivíduos estão se tornando jovens mais cedo, eles estariam deixando de ser criança mais cedo também? Diante dessa expansão da juventude, a infância estaria sendo comprimida?

Não há como responder tais perguntas sem a compreensão do que se entende por infância. É do esforço para esse entendimento que se pretende alcançar o objetivo da pesquisa a que esse trabalho se vincula: entender como as concepções de infância estão sendo construídas na contemporaneidade e conhecer as condições de possibilidade dessas mudanças. Levando-se em conta que as imagens de crianças *juvenilizadas*, crescidas e sabidas descortinam uma infância em transformação, a intenção aqui é, sob o amparo da concepção foucaultiana de subjetividade, diagnosticar a infância do presente e compreender a dinâmica e os alcances que definem seus parâmetros, bem como identificar, nos discursos midiáticos brasileiros voltados para a orientação dos pais, os alicerces da construção de uma *nova* infância, a partir das falas que a constituem, formadas na produção de saberes dentro de um regime específico de verdade, articulado ao governo de uma população infantil.

Este trabalho comunga da ideia de que a experiência da infância é atravessada por distintos fatores como etnia, religião, classe e gênero, tornando evidente uma pluralidade de formas de vivenciá-las e levando à designação de *infâncias*. Entretanto, ao utilizá-la no singular, faz-se referência à concepção segundo a qual esse período socialmente construído é uma narrativa, uma formação discursiva produzida por adultos e instituições adultas, a partir de memórias e de uma profícuca produção de saberes (STERNS, 2006, p. 13). Nessa perspectiva, o que muda não são as crianças em si, isto é, não são as crianças que estariam deixando de ser criança mais cedo, mas a forma como as sociedades adultocêntricas enunciam sua experiência, ou seja, como as representam, classificam, normatizam. A partir dessa

compreensão, as revistas *Pais & Filhos* (Manchete) e *Crescer* (Editora Globo) foram escolhidas como *corpus* empírico da investigação. Após situar o estado de pesquisa dos estudos da infância e os pressupostos nos quais se ancora a presente investigação, o artigo traça as delimitações do seu objeto: as representações da chamada *primeira infância*. Em seguida, são apresentados os resultados de análise preliminar do *corpus* empírico da pesquisa.

Estudos da infância e ciências humanas e sociais

Os estudos da infância têm passado, desde o último quartel do século XX, pelo que se pode chamar de uma mudança de paradigma, graças, sobretudo, a uma alteração na compreensão do que seja uma criança. O paradigma desenvolvimentista, segundo o qual a criança é um ser incompleto (um vir a ser), está ancorado, sobretudo, na psicologia e, para Castro, vai gradativamente perdendo força, graças às contribuições, especialmente, das ciências sociais (CASTRO, 2013, p. 17-19). Ao questionar o caro conceito de socialização, de acordo com o qual a criança recebe passivamente constantes intervenções de indivíduos e instituições adultos para se desenvolver adequadamente, a *sociologia da infância* colaborou para a constituição do *paradigma da competência infantil* (HUTCHBY; MORAN-ELLIS, 1998). Os estudos, a partir dessa lente teórica, compreendem a criança como um ser tão dotado de competências quanto os adultos, diferenciando-se, de fato, na experiência e não na condição de agentes (CASTRO, 2013, p. 30-32). Tal mudança está diretamente ligada a um entorno social que permitiu a visualização das crianças, principalmente como sujeitos de direitos. O que pode ser exemplificado por duas ações internacionais: a criação da Unicef, em 1945, como meio de enfrentar os inúmeros problemas relacionados à fome, moradia, frio e doenças que atingiram maiormente as crianças dos países vencidos na Segunda Guerra; e a publicação, em 1989, da Confederação dos Direitos da Criança (CDC), composta por 40 artigos concentrados em assegurar a elas o direito à proteção, provisão e participação¹.

Trazer a criança da posição de objeto do conhecimento para a de sujeito não é um movimento que possa ser visto apenas do ponto de vista social. Trata-se, ainda, de um processo histórico. Contribuições como a de Ariès (1981) permitiram – mesmo diante de sua compreensão controversa de que não existiu infância antes

¹ A CDC se constitui como um marco legal e histórico na defesa dos direitos das crianças. Os países signatários, dentre os quais está o Brasil, precisaram realizar mudanças efetivas em suas leis e políticas públicas para garantir o cuidado dos menores de 18 anos. Um ano após sua publicação, o Congresso Nacional aprovou a lei que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente. (GOULART, 2015).

da Modernidade – perceber que a infância nem sempre foi narrada do mesmo jeito. Em seu livro, *A infância* (2006), Stearns, também historiador, mostra como diferentes culturas, desde as sociedades agrícolas, descrevem de formas específicas tal experiência. Para ele, a infância é uma narrativa que está sendo constantemente atravessada por acontecimentos históricos e, portanto, reconfigurando-se e conferindo às crianças diferentes representações, as quais vão permear as vivências da infância. Outro campo das ciências humanas que tem avançado nesses estudos é a *geografia da infância*. Sua preocupação é pensar as relações da criança com o seu espaço, entendido como algo que se constitui nas próprias relações subjetivas da criança. Nessa perspectiva, surgem problemáticas relacionadas, por exemplo, às “paisagens da infância” e aos “territórios da infância” (LOPES, 2013).

Dessa forma, não apenas a pesquisa *sobre* crianças ganha força, mas especialmente a pesquisa *com* crianças, o que permitiu um considerável avanço da antropologia em tais estudos. Para Cohn (2010, 2013), a *antropologia da infância* deve ser um campo doador de teorias e metodologias. Seu argumento central é que as pesquisas *sobre* e *com* crianças só podem produzir uma compreensão clara do fenômeno em questão quando as concepções específicas e particulares da infância são levadas em conta. Ou seja, a fala da criança não pode ser condicionada a uma infância dada, “normal”, universalizada, mas àquela construída em seu ambiente. Os estudos da infância, portanto, cada vez mais se consolidam com base na perspectiva de enxergar a criança como sujeito. Tais estudos apontam para a criança como um ator social e para a infância como um fenômeno social que precisa ser investigado, a fim de que sejam superados os entraves ao exercício do direito das crianças à participação.

No Brasil, os estudos da infância, no campo das ciências sociais, ainda são bem recentes, apesar de estarem ganhando cada vez mais espaço. Sob a chamada de capa “Criança tem opinião – Sociologia da Infância luta para dar voz às crianças, colocando seus anseios no centro de importantes políticas públicas”, a revista *Sociologia*, publicada em outubro de 2013, propõe uma matéria que busca legitimar a importância desse campo específico de estudo no âmbito da sociologia geral. O título do editorial “É preciso ouvi-las!”, seguido da frase “Crianças têm voz, crianças têm vontade”, dá o tom da matéria. A abordagem revela que o maior objetivo da sociologia da infância é dar voz às crianças e garantir-lhes o direito de participação, sobretudo nas decisões que lhes afetam diretamente, como o acesso à educação e o enfrentamento de mazelas como violência, trabalho infantil e miséria.

O texto afirma que a pesquisa em sociologia da infância no Brasil tem sido impulsionada, sobretudo, por pesquisadores e estudos da sociologia da educação. Ainda segundo a matéria, a pesquisa em curso *Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz*, realizada pela professora da USP Maria Letícia do

Nascimento, encontrou, entre os anos de 2010 e 2012, 23 grupos de pesquisa relacionados à sociologia da infância, 16 deles na área da Educação, quatro na Psicologia e três na Sociologia. Embora a pesquisadora reconheça o avanço no campo, afirma que “são poucos os grupos que, explicitamente, afirmam se preocupar com o que as crianças pensam acerca da realidade que as rodeia e da sociedade na qual vivem” (VASQUES, 2013, p. 27).

Esta é uma demanda teórica que pode ser explorada de forma bastante produtiva pelos estudos de comunicação, se for levado em conta o fato de os meios massivos e as novas mídias estarem dando cada vez mais voz às crianças: programas infantis, cinema, novelas, propagandas, peças teatrais, espetáculos de dança, programas de entrevista, literatura. A mídia tem se configurado, de forma gradativa, como um espaço de meninos e meninas constituírem-se, subjetivarem-se. Os processos comunicacionais se mostram elementos fundamentais na individualização entre as crianças, conforme pensa Marre (2013). Segundo a autora, a publicação da CDC, por exemplo, teve impactos amplos e duradouros graças aos processos globais de comunicação, que permitiram a disseminação de imagens da infância em todo mundo, possibilitando, sobretudo, a cobrança ao cumprimento dos direitos das crianças e, nesse sentido, permitindo que elas fossem ganhando cada vez mais visibilidade.

Embora a mídia seja bastante utilizada como objeto de pesquisa nos estudos da infância em diferentes áreas (Saúde, Educação, Psicologia, Nutrição, entre outros), o campo da comunicação tem uma produção recente e escassa. Ao procurar, na plataforma *Scielo*, artigos em língua portuguesa que tivessem simultaneamente as palavras infância e mídia em qualquer parte do texto, foram encontrados 18 trabalhos, dos quais nove eram de Educação, três de Psicologia e nenhum de Comunicação. Uma consulta na biblioteca digital da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) revela que, em mais de 20 anos do encontro, apenas quatro trabalhos, sendo um de Educação, abordaram a temática da criança ou da infância. Dentre os eventos nacionais da Comunicação, apenas o Comunicom (ESPM-SP) tem um grupo de trabalho para discutir o assunto (GT Comunicação, consumo e infância). Segundo Orofino (2013), embora seja possível afirmar que os estudos da comunicação que tematizam a infância tenham avançado, sobretudo por meio das análises de recepção que buscam questionar uma audiência infantil passiva, ainda há uma lacuna a ser preenchida.

(1) por um lado, precisamos preencher uma lacuna da carência de pesquisas empíricas e ampliarmos nossas referências com estudos de recepção com crianças (2) por outro, precisamos reavaliar a pertinência do conceito moderno de infância uma vez que a participação cultural das crianças com a emergência das tecnologias digitais se tornou muito mais evidente, o [sic] que desloca o foco da

análise de meros receptores passivos para produtores de novas textualidades midiáticas, alcançando o lugar de prosumidores (OROFINO, 2013, p. 103, grifo no original).

Iniciar, portanto, uma pesquisa que trate da infância é partir desses ganhos atingidos pelas ciências humanas e sociais. Há neles chaves explicativas que permitem desnaturalizar e desuniversalizar o conceito de infância. O paradigma da competência é um olhar teórico adequado para analisar a infância não como um lugar de incompletude, mas de ações possíveis. Se a criança é, de fato, um ator social, caberá ao pesquisador, também, desenvolver metodologias e ferramentas suficientes e profícuos para ouvi-la. Tais considerações revelam não só o caráter interdisciplinar dos estudos da infância, mas a importância dos estudos de comunicação, ainda escassos, na investigação dos processos de subjetivação na infância.

Compressão da infância moderna

Conforme investigou Ariès (1981), a infância organizada na Modernidade tornou-se um período de tempo alongado, que se valeu, sobretudo, da escolarização das crianças para retardar a entrada delas no universo adulto, permitindo-lhes gozar de mais tempo sob a tutela e proteção dos mais velhos. Tal adiamento estendeu-se ainda mais com o surgimento da adolescência, tornando o acesso ao universo autônomo dos adultos um grande esforço de socialização conduzido por um arranjo entre Estado, sociedade e família. Para Castro, foi por meio do consumo que as crianças se tornaram visíveis e ampliaram sua condição de objeto de conhecimento para a de sujeito. “Agora não mais invisíveis por não poderem trabalhar ou produzir, mas eminentemente agentes, porque podem consumir. Nesse sentido, a criança e o jovem aparecem, adquirindo potência e agência, enquanto novos atores no cenário da cultura contemporânea” (CASTRO, 1998, p. 60). Postman (1999), por outro lado, acredita que o uso da televisão iniciou o esmaecimento dessa infância clássica, moderna e burguesa, ao expor imagens que não exigiam das crianças habilidades cognitivas complexas, como o letramento. Isso permitiria uma homogeneização dos gostos, que elimina pouco a pouco a tradicional distinção das duas categorias, produzindo uma criança “adultificada”. Já Tapscott (1999) assegura que esse divisor de águas estaria na primeira geração de crianças marcada pela internet e não pela TV. Na visão dele, há um caráter democrático, multicultural e descentrado na internet – o que estaria capacitando as crianças a assumir o papel de autoridade diante de seus pais e pares.

Orofino (2013) destaca que a transição em curso de uma sociedade de massa para uma sociedade em rede, a partir da qual teoricamente todos podem pro-

duzir, aumenta a necessidade de compreender a criança enquanto sujeito e não como um ser puro. Citando Jesús Martín-Barbero, ela afirma que “na era digital é impossível pensarmos em qualquer tipo essencialista de pureza. Pois estes são os tempos da globalização em que a hibridação cultural e o multiculturalismo se intensificaram” (OROFINO, 2013, p. 100-101). Embora ocupem posições diferentes a respeito do fenômeno, tanto Postman quanto Tapscott concordam em um ponto: esse período de suspensão, transitório, por meio do qual as crianças modernas deveriam ser conduzidas até a idade adulta, se estendeu gradativamente entre os séculos XVIII e XX, quando, então, começou a encurtar.

Para avançar no entendimento desse movimento nas fronteiras que demarcam a infância contemporânea, é preciso investigar mais a fundo os processos pelos quais novas concepções dela foram se operacionalizando. Buckingham (2007) afirma que não se pode falar de uma história da infância, mas de uma história das representações da infância, por meio das quais “os significados e a experiência vivida da infância são normalmente regulados e definidos” (BUCKINGHAM, 2007, p. 92). Ele defende que tais mudanças precisam ser mais estudadas nas diferenciações entre crianças mais novas e crianças mais velhas do que entre crianças e jovens ou crianças e adultos, já que “muitas crianças mais velhas aspiram cada vez mais à liberdade que elas imaginam existir na ‘juventude’” (BUCKINGHAM, 2007, p. 143) e, nesse sentido, tendem a se assemelhar mais aos jovens e distanciar-se mais das crianças menores, comumente identificadas no período que vem sendo chamado de *primeira infância*.

A primeira infância é um período que pode ter pequenas variações na determinação de seu intervalo de tempo. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde, vai de zero a seis anos de vida e está baseada na concepção *piagetiana* de desenvolvimento cognitivo (PIAGET, 1982). Segundo o autor, a primeira infância se estenderia até os seis anos de idade, enquanto a segunda infância se localizaria entre os sete e 11 anos – cada vez mais descolada da primeira infância, conforme mostram os discursos da *pré-adolescência*. Em 1999, a revista estadunidense *Newsweek*, publicada no dia 8 de outubro, perguntava em sua capa: “Kids 8 to 14 – Are they growing up too fast? – Tweens” (NEWSWEEK..., 1999, p. 1) (Crianças de 8 a 14 – Eles estão crescendo rápido demais? – *Tweens*, tradução livre). O *Cambridge Advanced Learner’s Dictionary* (2005) identifica o pré-adolescente como o “jovem entre as idades de 8 ou 10 e 12 ou 14 anos de idade”. Embora não especifique idades, o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa* (2009), por exemplo, define a pré-adolescência como “período imediatamente anterior à adolescência”. Em reportagem de oito páginas, a revista *Veja*, publicada em 26 de fevereiro de 2003, afirmou: “Criança, não senhor – pré-adolescente. A meninada de 8 a 12 anos vive e consome feito gente grande. E ainda ensina os pais a lidar com o computador”. No livro *Seven going on seventeen* (Os sete a caminho dos dezessete, tradução livre),

publicado em 2005, as organizadoras Claudia Mitchell e Jacqueline Reid-Walsh (2009) afirmam que o título deveria ser “*Nine...*” (nove) em vez de “*Seven...*” (sete). Mas optaram por diminuir a idade porque, em seu campo de pesquisa (meninas pré-adolescentes ou *tweens*), elas constataram – diferente da ideia de que as crianças nessa fase apenas imitam os mais velhos – uma prática cultural por parte das crianças nessa faixa etária. Sendo assim, embora o termo “segunda infância” ainda apareça, especialmente no campo da Educação e da Psicologia, é crescente a tendência para identificar cada vez mais os meninos e meninas nessa idade com a juventude, designando-os não mais como crianças, mas como pré-adolescentes ou *tweens* (TOMAZ, 2011). Nesse sentido, a concepção de primeira infância está mais próxima da infância, de fato, do que de uma parte desse período socialmente construído da vida.

Utilizada com cada vez mais regularidade em discursos como os de Educação, Medicina, Psicologia e política econômica, a expressão primeira infância é comumente associada a uma ideia de que os hábitos e práticas que marcam os primeiros anos da vida de uma criança vão repercutir por toda sua existência. É o que defende o coordenador da *Frente Parlamentar da Primeira Infância*, criada em 22 de março de 2011: “O que fizermos pelas crianças pequenas agora influenciará suas vidas para sempre” (FRENTE..., 2011). Em 2002, a 27ª Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas aprovou o documento *Um Mundo para as Crianças*, e, dez anos depois, a presidente Dilma Rousseff lançou a *Agenda de Atenção Básica à Primeira Infância – Brasil Carinhoso* e a *Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis*, ambas voltadas para atenção à saúde da mulher e da criança de zero a seis anos. As políticas são acompanhadas pela publicação de documentos, tais como o *Plano Nacional pela Primeira Infância*, lançado, em 2010, pela Rede Nacional da Primeira Infância, e a *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância*, traduzida para o português pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, no mesmo ano. A urgência relacionada à primeira infância está, inclusive, na Economia. Em entrevista à revista *Veja*, o Prêmio Nobel de Economia James Heckman afirmou que

Basta dizer que tentar sedimentar num adolescente o tipo de conhecimento que deveria ter sido apresentado a ele dez anos antes sai algo como 60% mais caro. Pior ainda: nem sempre o aprendizado tardio é tão eficiente. Não me refiro aqui apenas às habilidades cognitivas convencionais, mas a um conjunto de capacidades que deveriam ser lapidadas em todas as crianças desde os 3, 4 anos de vida (WEINBERG, 2009).

A mídia é um lugar privilegiado para observar a produção desses discursos que legitimam a primeira infância como uma fase natural da vida, dotada de habi-

lidades e potenciais latentes, aguardando serem descobertas e aprimoradas, como é possível observar na seleção de textos a seguir:

Crianças que ganham afeto dos pais nos primeiros anos de vida têm o hipocampo – área do cérebro encarregada da memória – quase 10% maior que as criadas com mais desleixo (AFETO..., 2012).

Em uma pesquisa realizada pelo Ibope com mais de 2 mil pessoas em 18 capitais brasileiras, foi apontado um resultado inquietante: o carinho e o lazer não são prioridades dos pais na primeira infância (BALMANT, 2012).

O ser humano não nasce com o paladar desenvolvido – ele vai se expandindo ao longo da vida, sobretudo na primeira infância (MING, 2011, p. 91).

Crianças que crescem cercadas de estímulos cognitivos na primeira infância chegam aos 8 anos dominando, em média, 12000 palavras (o triplo do vocabulário daquelas que não têm a mesma base) (BETTI, 2010, p. 146).

Levando-se em conta que este é um trabalho de Comunicação e que as representações midiáticas são um lugar privilegiado de observação dos fenômenos sociais, por constituírem realidades erigidas no âmbito de uma dada cultura e em um momento específico, esta investigação baseia-se na análise das representações da primeira infância, no contexto contemporâneo brasileiro, nas revistas *Pais & Filhos e Crescer*.

Uma infância contemporânea nas páginas de *Pais & Filhos e Crescer*

Tomando como base a proposta *foucaultiana* de fazer um diagnóstico do presente por meio de uma análise que situe as continuidades e as discontinuidades, bem como as condições de possibilidade para a emergência de discursos distintos (FOUCAULT, 1979, 1988, 2004), este trabalho procura mostrar que os enunciados tomados como verdade no presente não o eram necessariamente no passado. Por essa razão, as revistas *Pais & Filhos e Crescer* estão sendo consideradas a partir de suas discontinuidades. Até agora, foram analisadas as capas dos anos de 2011 e 2012 de ambas e as capas dos dois primeiros anos de cada uma delas: 1969 e 1970 (*Pais & Filhos*) e 1993 e 1994 (*Crescer*)². As duas publicações permitem um

² Pais & Filhos, há 45 anos no mercado editorial de revistas segmentadas, segundo o Mídia Kit 2014 da publicação, possui uma tiragem de 42 mil exemplares. Seu público, tanto de mulheres (89%) quanto

distanciamento considerável para pensar não apenas as descontinuidades das representações que definem e delimitam a concepção dos primeiros anos de vida no Brasil, mas, de igual modo, as continuidades, conforme tratadas a seguir.

A perspectiva desenvolvimentista da infância, como mostrou a análise, é uma das continuidades atestadas. Permanece, ao longo dos anos, uma visão da criança como objeto de cuidados dos mais diversos e não como sujeito de direitos. A visão desenvolvimentista da infância é proveniente do século XVII e está amparada em saberes do campo psicológico. Ela parte da premissa de que as crianças são incompletas e precisam gozar de tal período a fim de tornarem-se indivíduos “mais perfeitos – ‘maduros’, ‘civilizados’ – através de uma lenta submissão a padrões racionalizados de conduta em que [sic] prevalecem os valores de autonomia, do racionalismo, da individualização e do autocentramento” (CASTRO, 2001, p. 21). Os regimes de verificação por meio dos quais as definições e classificações sobre a infância e a criança são produzidas e circulam, nas publicações em questão, passam necessariamente pela fala dos expertos – o que se vê desde a criação das duas revistas. Em seus dois primeiros anos de publicação, cada matéria de *Pais & Filhos*, por exemplo, era assinada não só pelo redator e fotógrafo, mas também pelos especialistas que tivessem fornecido as informações contidas nela, especialmente pediatras, geneticistas, psicólogos, psicoterapeutas, psicanalistas, além de especialistas em nutrição e sexualidade, dentre outros. Em *Crescer*, durante todo o primeiro ano da revista, uma seção especial trazia a foto e um minicurriculo dos consultores das áreas de Pediatria, Ginecologia, Psicologia, Nutrição, Direito, Dermatologia, Homeopatia, Fonoaudiologia, Odontopediatria, Veterinária e, no segundo ano, além destes, sexualidade e Psicopedagogia.

Um exemplo do que está sendo dito é o editorial da edição número um de *Crescer*: “não temos a pretensão de substituir os indispensáveis serviços médicos e educacionais de que você e sua família tanto precisam. Ao contrário, CRESCER foi concebida com base na competência e experiência desses *experts*” (CRESCER..., 1994, p. 6). Essa afirmação, ao lado das sucessivas matérias e abordagens ancoradas no conhecimento dos expertos, permite que tais publicações sejam encaixadas naquilo que Freire Filho (2010, 2011) chamou de jornalismo de autoajuda – um fenômeno vinculado à expansão dos conceitos do campo *psi* nas mais distintas áreas, como, por exemplo, a grande imprensa, tornando-a uma fonte de elementos importantes na construção de novas subjetividades.

de homens (19%), é formado principalmente por leitores das classes C (42%) e AB (41%). A publicação faz parte de um conjunto de iniciativas comerciais da editora Manchete chamado de Família Pais & Filhos, dentre as quais estão o site da revista, os aplicativos para smartphones, perfis nas redes sociais, campanhas, TV P & F no Youtube, loja online etc. (MÍDIA, 2014). A *Crescer*, com cerca de 20 anos, é a líder do segmento, com uma tiragem de 60 mil exemplares. A maior parte de seu público (82% de mulheres e 18% de homens) está na classe AB (68%). A publicação também disponibiliza conteúdo em plataformas digitais (sites, smartphones, redes sociais) e por meio dos seminários *Crescer* e de um boletim na rádio CBN, três vezes por semana (MÍDIA, 2015).

A autoridade dos especialistas para falar, prescrever, orientar e aconselhar está bastante alinhada com o que Giddens (2002) chamou de sistemas especializados. Eles são acionados frequentemente por indivíduos que, impulsionados pela tarefa inadiável de se fazer e refazer-se, recorrem aos peritos com o objetivo de amenizar as angústias de seus intermináveis processos de escolha na construção reflexiva de si. Nessa perspectiva, as revistas do segmento *parenting* dirigem-se a um adulto racional e autônomo, predominantemente a mãe, para auxiliá-lo. E é com base nas angústias dessa mulher que se divide entre o trabalho, a maternidade e os anseios de autorrealização que os saberes em torno da criança são ofertados. E não em torno das dúvidas, medos, interesses e anseios da própria criança, sempre representada pela mãe ou pelo especialista (educador, psicoterapeuta, médico). Como não há fala das crianças nas entrevistas, suas demandas são comumente balizadas por estudos produzidos em universidades, na maioria das vezes, estabelecidas em países de língua inglesa.

As edições recentes de *Pais & Filhos*, trazem a seção “Criança tem cada uma”, em que os pais enviam pequenos trechos de respostas ou observações consideradas “inteligentes e surpreendentes” para os adultos. O que a criança tem a dizer, entretanto, ainda não é conectado, nas revistas, com a percepção de algo de fato importante para sua sobrevivência. Até agora, não foram observadas nas publicações analisadas qualquer esforço ou empenho em direção à voz das crianças, ao entendimento que elas tenham do mundo a sua volta, conforme as ciências sociais, especialmente a Sociologia e Antropologia da infância, têm cada vez mais requerido.

A descontinuidade observada na referida análise diz respeito à prevalência, nas edições mais recentes, das imagens da primeira infância, conforme concepção descrita acima – diferente das edições mais antigas, em que os filhos apareciam em um intervalo de idade bem maior. Nos dois primeiros anos, ambas as revistas ofertavam, conforme anunciado por seções específicas, conselhos para a criação de filhos entre as idades de zero a 18 anos. Um encarte no interior de todas as edições de *Crescer* desse período chegava a trazer orientações para cada ano, até o décimo oitavo. Em *Pais & Filhos*, matérias como os cuidados com a vida amorosa dos filhos e o início da faculdade eram comuns. Atualmente, segundo a declaração de missão das duas, o conteúdo produzido está focado na criação de filhos até oito (*Crescer*) e 12 anos (*Pais & Filhos*). Entretanto, a análise deixou claro que as publicações privilegiavam não só imagens de crianças na primeira infância como os assuntos que atendem explicitamente a este período.

Além de as capas recentes serem feitas, na totalidade dos casos analisados, com crianças menores de seis anos idade, as temáticas que prevalecem também se concentram nessa faixa etária. O assunto mais abordado nas chamadas de capa foi a gravidez, entendida como o período desde seu planejamento, seja ela natural ou

assistida, passando pelos meses de gestação, a escolha da maternidade e do pediatra, a decoração do quarto do bebê, enjoo, pré-natal, tipos de parto, até a chegada do bebê em casa e o início de sua rotina. Depois da gravidez, o assunto que mais aparece, em suas diferentes atribuições, é o desenvolvimento. Neste caso, dentre os temas abordados, estão: os primeiros passos, autoconfiança, introversão X extroversão, fim do uso da chupeta, consumismo, necessidade de psicoterapia e fonoaudiologia, a importância da amizade na infância, birras e pirraças, aprendizado de ações como amarrar os sapatos e falar, cronologização das capacidades, necessidade de estímulos para o cérebro³.

Nas edições mais antigas de *Pais & Filhos* (1969-1970) não prevalecem as representações da criança pequena, mas de uma família de classe média que está se ambientando em uma sociedade de consumo (anúncios de carros, eletrodomésticos, alimentação infantil, calçados etc.), formada por pai, mãe e filhos (bebês, crianças e/ou adolescentes/jovens), decidida a ser moderna e, portanto, a se desvencilhar dos antigos arranjos sociais e acompanhar as transformações culturais nas quais está inserida. As matérias eram voltadas para a vida conjugal (divórcio, adultério, anulação de casamento) e doméstica, de maneira geral (alimentação, decoração, lazer). Em *Crescer em família*, que ficou apenas *Crescer* (1993-1994), preponderavam as capas de mães e filhos. Os discursos eram bastante focados na dinâmica de uma mulher que se dividia entre o mercado de trabalho e os cuidados com os filhos de diferentes idades. Sua principal interlocutora era a mulher-mãe de classe média, que trabalha e tem boa formação escolar, consome moda, viagens, livros e pode estar casada, divorciada ou namorando. Tanto nas edições mais antigas quanto nas mais recentes, a mulher-mãe é a principal interlocutora das publicações, com algumas diferenças marcadas pela dinâmica do papel da mulher na sociedade.

Até agora, a pesquisa em curso mostrou que as revistas voltadas à criação de filhos mantêm um olhar desenvolvimentista da infância, sem espaço para que a criança mesma fale, interogue, aceite. O que pode estar relacionado, é necessário investigar, a uma carência de pesquisas que formulem teorias e métodos por meio dos quais seja possível articular as vozes das crianças, cada vez mais ouvidas nos espaços midiáticos. Como afirma Cohn (2010), não apenas ouvir as crianças, mas

³ Os demais eixos temáticos encontrados na observação das capas das revistas *Pais & Filhos* e *Crescer*, nos anos de 2011 e 2012, com algumas de suas abordagens, foram **educação**: primeira escola, adaptação, lição de casa; **maternidade/paternidade**: como preparar o filho para a vida, gestão e otimização do tempo, contratação de babá, medos, relacionamento parental com enteados, homossexualidade dos pais/mães, mães solteiras, divisão de tarefas; **saúde**: calendário de vacinação, escolha do pediatra, genética, rotina do sono, obesidade, câncer e enxaqueca infantis, remédios caseiros, prevenção, alergias, alimentação saudável, vegetarianismo, saúde dental, hiperatividade; **brinquedos**: listas dos melhores do ano, dicas de modos de uso; **entretenimento/festas**: planejamento, serviços, aniversário, Natal, Páscoa, férias, turismo.

saber ouvir. Em segundo lugar, a infância sobre a qual os responsáveis, especialmente as mães, estão sendo chamados a agir, nessas revistas, está restrita ao que se cunhou *primeira infância*. É em torno desses cerca de seis primeiros anos de vida que os discursos de *Pais & Filhos* e *Crescer* estão produzindo subjetividade.

Considerações finais

As disputas na construção das narrativas da infância revelam jogos de poder nas sociedades contemporâneas, o que mostra a relevância da pesquisa nessa temática. Ao reconhecer cada vez mais a agência da criança e, portanto, seu protagonismo, as ciências sociais criam demanda para a formulação de teorias e metodologias que possam dar conta da necessidade de compreender uma mudança de paradigma na concepção da criança. A apropriação da divisão *piagetiana* da infância em *primeira* e *segunda* tem permitido a formulação de práticas distintas e distintivas investidas nessas duas fases supostamente naturais da vida. Isso tornou possível uma diferenciação entre crianças menores e as crianças maiores. Tal cenário, atravessado pelos processos de *juvenilização* da cultura, permite que as mais velhas se aproximem mais de uma estética jovem do que de uma infantil, levando-as a serem identificadas como pré-adolescentes e não mais como crianças.

Como se procurou mostrar, não se trata apenas de mudar uma nomenclatura nem uma faixa etária, mas de sinalizar alterações no âmbito das configurações sociais e culturais. A análise feita nas duas revistas mostrou, por um lado, consonância com esse novo imaginário da infância e, particularmente, da criança, ao privilegiar as imagens dos menores de seis anos e assuntos relacionados a sua experiência. Por outro lado, revelou dissonância diante da emergência do paradigma da competência infantil, ao limitar a narrativa da experiência da infância à fala dos responsáveis, especialmente a mãe, e dos especialistas.

Com base nessas considerações, um dos caminhos possíveis para o qual a pesquisa deve avançar é a busca por formas de inserir mais fortemente a Comunicação nessa importante temática. Embora inicial, a pesquisa tem sinalizado ser fundamental a Comunicação não figurar nas pesquisas *sobre* e *com* crianças apenas como objeto de análises de meios massivos e novas mídias, mas se apresentar como campo de investigação de tais fenômenos, propondo teorias e métodos que contribuam para o avanço dos estudos da infância, mostrando, por exemplo, em que medida os processos comunicacionais que conferem visibilidade e voz às crianças promovem a subjetivação na infância ou, ainda, de que forma as novas mídias estão possibilitando as chamadas culturas infantis.

Referências

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Gangues, galeras, chegadas e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ADVANCED Learner's Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 1572.

AFETO na primeira infância tem impacto benéfico no cérebro das crianças. **Veja on-line.** São Paulo, 01 fev. 2012. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/criancas-criadas-com-afeto-tem-hipocampo-maior-revela-estudo>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BALMANT, O. Mães não valorizam carinho e lazer na primeira infância, mostra pesquisa. **Estadão.** São Paulo, 14 set. 2012. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,maes-nao-valorizam-carinho-e-lazer-na-primeira-infancia-mostra-pesquisa-imp-930502>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BETTI, R. A lição de excelência na creche. **Veja.** São Paulo, p. 146-147, 03 nov. 2010.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias digitais.** São Paulo: Loyola, 2007.

CASTRO, L. R. (Org.). **Infância e adolescência na cultura do consumo.** Rio de Janeiro: Nau, 1998.

_____. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. *In:* _____ (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: Nau; Faperj, 2001, p. 19-46.

_____. (Ed.). **O futuro da infância.** Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2013.

COHN, C. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas,** Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, mai./ago. 2013.

_____. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

EDITORIAL. **Crescer.** São Paulo: Globo, 1994.

FRENTE Parlamentar da Primeira Infância será lançada hoje. **Página oficial da Câmara dos Deputados.** Brasília, 22 mar. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/194588-FRENTE-PARLAMENTAR-DA-PRIMEIRA-INFANCIA-SERA-LANCADA-HOJE.html>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I – A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE FILHO, J. Fazendo Pessoas Felizes: o poder moral dos relatos midiáticos. *In*: XIX Encontro da Compós (trabalho apresentado ao GT Comunicação e Sociabilidade), junho de 2010, Rio de Janeiro, PUC-RJ, **Anais...** Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_joao_freire_filho.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. O poder em si mesmo: jornalismo de autoajuda e a construção da autoestima. **Famecos**. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 717-745, set./dez. 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOULART, A. Criança no exercício da cidadania. *In*: VAN DE BEUQUE, F. M. M.; PINHEIRO, M. K. (orgs.) **A criança e sua participação na cidade**. Rio de Janeiro: Centro de Criação de Imagem Popular - CECIP, 2015, p. 16-19.

HOUAISS Eletrônico. São Paulo: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

HUTCHBY, I.; MORAN-ELLIS, J. **Children and Social Competence: arenas of action**. London: Falmer, 1998.

KIDS 8 to 14. New York: **Newsweek**, p. 1, 8 out. 1999.

LOPES, J. J. M. Geografia da infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Educação Pública**. Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, mai./ago. 2013.

MÍDIA Kit **Pais & Filhos**, 2014.

Disponível em: <www.paisefilhos.com.br/midiakit/midiakit_2014.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2015.

MÍDIA Kit **Crescer** 2015. Disponível em:

<http://crescer.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Crescer_2013-PT.pdf>.

Acesso em 17 de junho de 2015.

MARRE, D. Prólogo: de infancias, niños y niñas. *In*: OSPINA, M. C. *et al.* **Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión**. Buenos Aires: CLACSO, 2013, p. 9-25.

MING, L. A meta: saúde e alegria. **Veja**. São Paulo, p. 90-9202, fev. 2011.

MITCHELL, C.; REID-WALSH, J. Theorizing tween culture within girlhood studies. *In*: _____; _____.(eds.). **Seven going on seventeen: Tween Studies in the culture of girlhood**. New York: Peter Lang Publishing, 2009, p. 1-21.

OROFINO, M. I. Mídias, culturas e infâncias: Reflexões sobre crianças, consumo cultural e participação. *In*: OSPINA, M. C. *et al.* **Pensar la infancia desde América Latina: un estado de la cuestión**. Buenos Aires: CLACSO, 2013, p. 99-114.

PAIS & FILHOS. São Paulo: Manchete, 1969, 1970.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

STEARNS, P. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006 (Coleção história mundial).

TAPSCOTT, D. **Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da Geração Net**. São Paulo: Makron Books, 1999.

TOMAZ, R. O. **Da negação da infância à invenção dos tweens: imperativos de autonomia na sociedade contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VASQUES, L. Está na hora de a criança ser ouvida. **Sociologia**, São Paulo, Ano IV, Ed. 49, p. 22-29, out./nov. 2013.

WEINBERG, M. O bom de educar desde cedo. **Veja**. São Paulo, 10 jun. 2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/100609/entrevista.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

Recebido: 30/06/2014

Received: 30/06/2014

Aprovado: 12/08/2014

Approved: 12/08/2014